

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

REQUERIMENTO: PERGUNTA

N.º _____ DATA 27.06.2023

MOÇÃO

Pelos Direitos das Pessoas com Deficiência

Vivemos ainda numa sociedade capacitista. Uma sociedade que exerce discriminação contra pessoas com qualquer tipo de deficiência – física, sensorial, cognitiva ou mental - baseada na premissa de que estas são inferiores e ainda precisam de ser curadas. Vivemos num dia-a-dia onde as práticas e atitudes paternalistas e condescendentes sufocam e desempoderam. Um dia-a-dia onde as pessoas com deficiência estão muito conscientes das múltiplas opressões que lhes tocam e com as quais lutam infundavelmente em todas as áreas das suas vidas.

As pessoas com deficiência são uma parte da população tão comumente esquecida, e cuja discriminação para com a qual está presente desde o acesso à educação e ao emprego, o acesso à mobilidade, ao respeito e acesso aos seus próprios corpos, e o acesso aos cuidados de saúde, ou o acesso à informação e comunicação. Há, ainda, tantas barreiras físicas, legais, culturais, sociais e políticas a derrubar.

O estudo Deficiência e Covid-19 em Portugal 2020 revelou que a população com deficiência não tinha meios financeiros para aceder a fisioterapia (57%), terapia da fala (47%), terapia ocupacional (62%), consultas médicas (52,8%) ou cuidados de enfermagem (45%).

Em 2021, apenas 381 pessoas foram colocadas em instituições do ensino superior, ou seja, nem um terço das vagas do contingente especial para estudantes com deficiências foram preenchidas.

O relatório Pessoas com Deficiência em Portugal - Indicadores de Direitos Humanos 2020 conclui que Portugal tem uma das taxas médias de abandono escolar por pessoas com deficiência mais elevadas da União Europeia, com uma forte discrepância em relação a jovens sem deficiência. O mesmo relatório indica que o risco de pobreza ou exclusão atinge 33% das pessoas com deficiência grave.

Em 2016, somente 0,51% dos trabalhadores em empresas privadas com mais de 10 trabalhadores tinham alguma deficiência.

A European Network on Independent Living - ENIL revela que a maioria dos fundos para políticas e reformas para pessoas com deficiências na Europa são para institucionalizar em vez de proteger e garantir o direito à vida independente.

As pessoas com deficiência confrontam-se com uma organização social vigente que lhes limita ou nega direitos fundamentais, vivendo numa situação generalizada de dependência e exclusão. A independência e autodeterminação são as principais reivindicações dos grupos ativistas internacionais, reconhecendo a necessidade de uma profunda alteração das condições ambientais, económicas, políticas e sociais que são a origem da sua discriminação. Estas

alterações passam obrigatoriamente por políticas públicas de inclusão que apresentam quadros de direitos e medidas de dignidade, opondo-se ao assistencialismo e ao conservadorismo. As pessoas com deficiência afirmam “o tempo da caridade, da institucionalização e do assistencialismo acabou”.

Uma vida onde as pessoas com deficiência dispõem de todos os meios necessários para poderem fazer escolhas e controlar as suas vidas e a tomar todas as decisões relativas à sua existência, significa que a pessoa com deficiência tem o poder de decidir sobre a sua vida e que não é admissível que sejam outros a decidir por ela, sejam instituições, médicos, técnicos de serviço social ou quem quer que seja, mesmo com a melhor das boas intenções. É uma questão de respeito pela individualidade da pessoa com deficiência e de poder. De quem tem o poder de decisão.

Barcelos, cidade que ostenta o título de inclusiva, precisa urgentemente de elaborar um plano de intervenção pelos direitos das pessoas com deficiência, através do levantamento de todas as situações e o estudo da realidade da sua população com deficiência, analisando a sua relação laboral-social-familiar-educacional-económica e as respostas sociais existentes. Mais do que um lar, as pessoas com deficiência precisam de emprego, habitação, saúde, educação, e acessibilidade, construindo para si a organização que necessitam.

Por outro lado, precisamos de implementar reformas estruturais, integração na comunidade, sensibilização da sociedade, desenvolvimento de serviços locais individualizados, alocação de fundos para um sistema de assistência pessoal individualizada, e pleno usufruo e acessibilidade ao espaço público.

Neste momento, em que a cidade está em remodelação estrutural em diferentes artérias, acresce de importância pensar a cidade física para todos e verdadeiramente inclusiva.

O espaço público de Barcelos é marcado por rampas inexistentes ou com demasiada inclinação, passeios inacessíveis, estreitos e irregulares, transportes incapazes de garantir o acesso de pessoas com deficiência física, bem como serviços essenciais cujo único acesso só é possível através de escadas.

Pense-se o que é estacionar o carro no campo da feira e deslocar-se para o Largo da Porta Nova para uma pessoa que se desloque em cadeira de rodas. Pense-se o complicado que é circular nos passeios da nossa cidade para uma pessoa cega. Pense-se quão difícil é entrar e sair nos transportes públicos para pessoas de mobilidade reduzida. E muitos outros obstáculos que temos de saber pensar para sentir e agir.

O Município foi desenhado e construído sem ter em conta as questões da acessibilidade para todos e da inclusão, e as zonas de expansão da cidade são uma extensão dessa desconformidade.

O Executivo tem que dar resposta aos problemas que esta população enfrenta, tem que criar condições para viver uma vida com dignidade, porque sem liberdade e sem autonomia, dependem dos outros para quase tudo. Não tem que ser assim, nem assim pode continuar

É preciso fazer escolhas que não tenham apenas em conta medidas economicistas, porque a inclusão não se mede em euros e tem de ser para todas as pessoas. Não se concebe a ideia de uma pessoa sem deficiência não poder decidir onde, com quem e como querem viver. Então porque é aceitável segregar e desvalidar a dignidade das pessoas com deficiência? A desigualdade nunca é justificável. E a liberdade nunca deverá ser opcional.

Assim, a Assembleia Municipal de Barcelos, reunida a 29 de junho de 2023, delibera instar a Câmara Municipal de Barcelos a:

1. Criar um grupo de trabalho que inclua pessoas com deficiência, para elaborar um Plano de Intervenção para as pessoas com deficiência do concelho, que seja capaz de responder às reais necessidades das diferentes situações.
2. Tornar a cidade e o concelho verdadeiramente inclusivo, nomeadamente na criação de postos de trabalho de emprego público, no desenvolvimento de atividades desportivas e culturais, nos transportes com autonomia e de fácil acessibilidade, no espaço físico das rampas, entradas e acesso a serviços público, eliminando barreiras de exclusão.
3. Contratação de técnicos especializados nas diferentes áreas de intervenção e criação de condições de verdadeira integração e inclusão.

Barcelos, 27 de junho de 2023

Os deputados municipais do Bloco de Esquerda,

José Maria Cardoso

Miguel Martins

